



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

Aos 20 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato misto (presencial + videoconferência)**

#### **10h00**

1. Audição presencial conjunta do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;
  2. Informações;
  3. Apreciação e votação das atas n.º 89 de 12 de outubro de 2021 e n.º 90 de 13 de outubro;
  4. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição da Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde e do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, sobre as dificuldades de funcionamento daquela Unidade de Saúde;
  5. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 916/XIV/2.ª (PCP) - «Atestado Médico de Incapacidade Multiusos - clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau incapacidade, através de uma norma interpretativa ao artigo 4º do Decreto – Lei nº 202/96, de 23 de outubro» – Autora do Parecer: Deputada Susana Amador (PS);
  6. Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a audição dos profissionais da Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto que apresentaram carta de demissão e do Conselho Diretivo da ARS-Norte sobre a situação na Unidade Metropolitana de psiquiatria do Porto;
  7. Outros assuntos.
-



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

1. Audição presencial conjunta do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;

A Vice-Presidente Paula Santos assumiu a condução dos trabalhos, tendo cumprimentado e agradecido a presença do Dr. Jorge Roque da Cunha, Secretário-Geral do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, da Dr.ª Maria João Tiago, Secretária Regional do SIM/LVT e do Dr. Bernardo Matias, do Dr. Noel Carrilho, Presidente da Federação Nacional de Médicos e do Dr. João Proença, Vice-Presidente da Federação Nacional de Médicos.

O Deputado Nuno Carvalho apresentou o Requerimento do PSD e expôs em suma as razões da sua apresentação, começando por afirmar que se verifica uma situação de rutura no Hospital de Setúbal no seguimento da apresentação de carta de demissão por parte de Diretor-Clinico e de 87 profissionais de saúde. Neste enquadramento, sublinhou que era urgente ouvir este apelo dos profissionais de saúde da unidade hospitalar em causa, compreender o que aconteceu neste caso e se os profissionais em causa continuavam ou não a exercer funções no Hospital de Setúbal. Em segundo lugar, era ainda premente compreender as condições em que trabalham os funcionários de saúde nesta unidade hospitalar e se o orçamento atribuído ao Hospital era o adequado. O Deputado Ivan Gonçalves começou por reconhecer que o Hospital de Setúbal padecia de problemas de funcionamento que careciam de resolução. Recordou que, na semana anterior, a Comissão de Saúde ouvira em audição o Dr. Nuno José Fernandes Pinto Fachada, Diretor Clínico do Hospital de Setúbal, e que se tornou evidente que os problemas a resolver se encontravam ao nível das infraestruturas e dos recursos humanos. Posto isto, questionou os presentes se uma solução possível para o problema seria a dedicação exclusiva dos médicos ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), ou a formação de um número superior de médicos abrindo mais vagas na especialidade, algo que a Ordem dos Médicos discordava. O Deputado Moisés Ferreira principiou por reconhecer o esforço e dedicação dos profissionais de saúde perante a falta de investimento na área da saúde, questionando quais seriam as medidas necessárias para fixar profissionais de saúde no serviço público e ainda se as propostas do Governo para o Orçamento de Estado no que se refere ao trabalho extraordinário seriam suficientes.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

A Deputada Paula Santos mencionou que o problema em análise era grave e que seria necessário encontrar políticas e soluções diferentes das que têm sido adotadas. Questionou sobre a necessidade de requalificação do Hospital de Setúbal, sobre os equipamentos e instalações e quais as medidas que se podem adotar para assegurar os serviços e valências desta unidade de saúde.

O Deputado Miguel Arrobas questionou se a abertura de formação pelas universidades privadas, nomeadamente pela Universidade Católica que iniciara um curso de medicina este ano, poderia ser uma solução para atrair mais estudantes para a área da medicina. Perguntou ainda o que poderia ser feito para evitar que os médicos abandonem o SNS para trabalhar em unidades de saúde privadas e se as medidas previstas no Orçamento de Estado eram suficientes para solucionar o problema.

A Deputada Cristina Rodrigues questionou sobre qual o número de profissionais de saúde que seria necessário contratar neste momento e quais as medidas necessárias para fixar os médicos no SNS.

O Dr. Jorge Roque da Cunha referiu que é urgente retomar a contratação coletiva, o que seria possível com a constituição de uma mesa negociadora entre os ministérios da Saúde, Finanças e da Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, como sucedeu com os governos anteriores, lamentando que tal não tenha sido possível com o atual Governo. Afirmou ainda ser fundamental negociar uma grelha salarial que fosse atualizada ao longo do tempo.

O Dr. Bernardo Matias, anestesiológico no Hospital de Setúbal, referiu que a parte formativa é muito importante para fixar profissionais no SNS, e para existirem internos é necessário existirem formadores. Realçou que um dos motivos que fundamentavam a sua continuidade neste serviço foi precisamente a sua formação e que o seu trabalho é quase exclusivamente dedicado ao serviço de urgência por falta de profissionais neste momento naquele serviço. A falta de profissionais e os equipamentos desadequados são muito importantes na decisão dos profissionais preferirem o SNS em função das unidades de saúde no privado.

O Dr. Hugo Viegas concordou que a contratação de recursos humanos é importante, alertando, no entanto, que a maioria dos profissionais são prestadores de serviço e não têm vínculo ao Hospital de Setúbal e que esta situação não permitia acautelar as necessidades do Hospital. Defendeu que é necessário olhar para o que sucedeu no Hospital de Setúbal como um alerta dos profissionais de saúde para as más condições



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

de trabalho que enfrentam e que incitou a que se aproveite o momento atual para solucionar os problemas já denunciados ao nível dos recursos humanos e das infraestruturas do Hospital.

O Dr. Noel Carrilho denunciou que milhares de profissionais de saúde não têm acesso à especialidade porque não há profissionais suficientes no SNS para garantir a formação de internos e manifestou a sua opinião no sentido de que a abertura de cursos superiores no privado não irá solucionar o problema. No que tange o papel da Governo, lamentou a fraca vontade do Governo em negociar com os Sindicatos, referindo que nada foi feito para garantir a fixação de profissionais de saúde no SNS. Sublinhou ainda que as propostas que a Federação Nacional de Médicos apresentou junto do Governo para inverter a tendência de abandono dos profissionais de saúde do serviço público não tinham sido acolhidas. No que se refere ao Orçamento de Estado para 2022, manifestou o seu profundo desagrado quanto ao número de horas extraordinárias exigidas, afirmando que esta medida contribuiria para o abando dos médicos do serviço público e não o contrário.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Ivan Gonçalves, Nuno Carvalho, Moisés Ferreira, Paula Santos e Miguel Arrobas, ao que o Dr. Jorge Roque da Cunhada, a Dr.ª Maria João Tiago, o Dr. Bernardo Matias, o Dr. Noel Carrilho e do Dr. João Proença responderam ao conjunto das questões formuladas.

A Presidente em exercício agradeceu a presença dos representantes do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, dando a audição por encerrada.

#### 2. Informações:

A Presidente em exercício informou que na próxima semana, a Comissão de Saúde iria reunir nos dias 25 e 28, pelas 10h00, estando confirmadas as restantes audições sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, com exceção da audição à Ordem dos Médicos, a qual ainda não confirmara a sua presença.

#### 3. Apreciação e votação das atas n.º 89 de 12 de outubro de 2021 e n.º 90 de 13 de outubro;

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

A ata n.º 89 de 12 de outubro de 2021 e a ata n.º 90 de 13 de outubro foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição da Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde e do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, sobre as dificuldades de funcionamento daquela Unidade de Saúde;

O Deputado Rui Cristina apresentou o Requerimento do PSD expondo os motivos que o fundamentam e mencionando que, no Hospital Sousa Martins na Guarda, não se realizavam cirurgias oftalmológicas há quase dois anos e que, segundo dados oficiais do SNS, as consultas oftalmológicas tinham um período de espera a rondar os 600 dias, sendo urgente compreender quais os fatores que justificavam períodos de espera eram tão longos nesta unidade hospitalar. Nesse seguimento, propunha ouvir o Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde e o Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda.

Os Deputados e Deputadas Joana Lima, Moisés Ferreira, Miguel Arrobas e Paula Santos manifestaram a sua concordância com as audições propostas.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

5. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 916/XIV/2.ª (PCP) - "Atestado Médico de Incapacidade Multiusos - clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau incapacidade, através de uma norma interpretativa ao artigo 4º do Decreto - Lei n.º 202/96, de 23 de outubro" - Autora do Parecer: Deputada Susana Amador (PS);

A Deputada Susana Amador apresentou o Parecer do Projeto de Lei n.º 916/XIV/2.ª sobre o Atestado Médico de Incapacidade Multiusos eximindo-se nesta sede de manifestar a sua opinião política e concluindo com o Parecer de que a Comissão de Saúde considera que estão reunidas as condições para que este Projeto de Lei seja apreciado em plenário.

Os Deputados Hugo Cristina, Moisés Ferreira e Manuel Arrobas cumprimentaram a Deputada Relatora pelo trabalho produzido.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL

Os considerandos e conclusões foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

6. Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a audição dos profissionais da Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto que apresentaram carta de demissão e do Conselho Diretivo da ARS-Norte sobre a situação na Unidade Metropolitana de psiquiatria do Porto;

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP e as razões de apresentação do mesmo, referindo que, de acordo com notícias recentes, vários médicos responsáveis pela Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto apresentaram a sua demissão com fundamento na falta de condições do serviço. Perante a ausência de resposta adequada por parte da ARS-Norte a esta situação, propunha então a audição dos profissionais da Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto que apresentaram carta de demissão e do Conselho Diretivo da ARS-Norte sobre a situação na Unidade Metropolitana de psiquiatria do Porto.

Os Deputados Joana Lima, Moisés Ferreira, Miguel Arrobas e Paula Santos manifestaram a sua concordância com as audições propostas, salientando o Deputado Moisés Ferreira a pertinência destas audições não só por se tratar da área da saúde mental, mas também de modo a compreender os motivos que estiveram subjacentes à demissão dos profissionais da Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e CH.

7. Outros assuntos.

A Presidente em exercício colocou à consideração de todos a redação final enviada pela DAPLEN do Projeto de Resolução n.º 1343/XIV/2.ª (Ninsc CR), sinalizando que a Deputada Cristina Rodrigues já manifestara anuência à mesma.

Não se registando qualquer oposição, a redação final foi fixada com as sugestões da DAPLEN.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:08 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL**

podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 20 outubro 2021.

**A VICE-PRESIDENTE**

*Paula Santos*  
(PAULA SANTOS)



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 91/XIV/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Miguel Arrobas (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
André Ventura (CH)  
Francisco Rocha (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)  
Nuno Miguel Carvalho (PSD)  
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Pedro Alves (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza (BE)